

Repensando a temática indígena através das fontes

Novos questionamentos e perspectiva crítica

Rethinking indigenous themes through sources: new questions and a critical perspective
Repensar los temas indígenas por medio de las fuentes: nuevas preguntas y una perspectiva crítica

Mariana Albuquerque Dantas

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Brasil.
mariana.dantas@ufrpe.br

RESUMO

O artigo tem o objetivo de analisar as interpretações propostas por três obras historiográficas embasadas em documentos resguardados no Arquivo Nacional, enfatizando o protagonismo indígena em diferentes espaços e períodos da formação do Brasil. Transformando documentos administrativos em fontes históricas, as obras lançam uma perspectiva crítica sobre estereótipos e preconceitos relacionados às populações indígenas.

Palavras-chave: povos indígenas; fontes históricas; formação do Brasil.

ABSTRACT

This article aims to analyze the interpretations proposed by three historiographical works based on documents kept in the Arquivo Nacional, which emphasize the role of indigenous people in different spaces and periods of the formation of Brazil. Transforming administrative documents into historical sources, the works come out with a critical perspective on stereotypes and prejudices related to indigenous populations.

Keywords: indigenous peoples; historical sources; formation of Brazil.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las interpretaciones propuestas por tres obras historiográficas que se basan en documentos conservados en el Arquivo Nacional, enfatizando el papel de los pueblos indígenas en diferentes espacios y periodos de la formación de Brasil. Convirtiendo documentos administrativos en fuentes históricas, los trabajos lanzan una perspectiva crítica sobre los estereotipos y prejuicios relacionados con las poblaciones indígenas.

Palabras clave: pueblos indígenas; fuentes históricas; formación de Brasil.

O trabalho com documentos de variadas procedências é aspecto central do fazer historiográfico. A partir dos gestos de identificar séries, separar coleções e volumes, pinçar e reunir documentos, organizando-os em sequências mais de acordo com a temática estudada, o historiador transforma o material consultado em fonte. Assim, os documentos analisados passam a desempenhar funções diferentes daquelas para as quais foram criados inicialmente, e os dados são constituídos. O fazer historiográfico, então, é concebido necessariamente como uma operação técnica, que precisa ser compreendida a partir da relação entre lugar social, práticas “científicas” e uma escrita. Vale reforçar a ressalva feita por Michel de Certeau sobre a cientificidade das técnicas de pesquisa em ciências humanas, que não é menos suspeita do que a das ciências exatas. Esclarece o autor que “pode-se definir com este termo [científica] a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ operações destinadas à produção de objetos determinados” (Certeau, 2007, p. 109, grifos nossos).

É sobre as operações, a produção de objetos e a constituição das fontes de pesquisa que este artigo está centrado, articulando esses aspectos ao campo historiográfico que aborda as experiências dos diversos povos indígenas na formação do Brasil. O recorte estabelecido é o da produção recente que utilizou os fundos documentais sob a guarda do Arquivo Nacional e que foi premiada pela mesma instituição, ao tratar a temática indígena em diferentes temporalidades e espaços. Destacamos os livros *Metamorfoses indígenas* (2003), de Maria Regina Celestino de Almeida, *As diversas formas de ser índio* (2009), de Elisa Frühauf Garcia, e o de minha autoria, *Dimensões da participação política indígena* (2018). Tais obras conseguiram demonstrar as possibilidades férteis de análise e de trabalho com documentação, em sua maioria administrativa, relativa aos meandros da política portuguesa na América e, posteriormente, do Império brasileiro, e a participação de indígenas no sucesso (ou no fracasso) do projeto das capitanias, na delimitação de fronteiras, nas guerras, na composição de mão de obra e, portanto, na constituição do Império luso no ultramar e do Estado nacional brasileiro no século XIX.

Embora pouco se tenha incorporado dos resultados dessas pesquisas na elaboração dos quadros mais amplos sobre processos históricos desenvolvidos ao longo dos períodos colonial e imperial (Moreira, 2010, p. 55), as obras apontam caminhos importantes para subverter e implodir estereótipos e imagens cristalizadas sobre os indígenas na história do Brasil. Boa parte da inovação desses trabalhos advém das formas como as fontes foram lidas e interpretadas, embaçadas em um rico diálogo entre as disciplinas histórica e antropológica. Formas que procuraram superar preconceitos e uma cegueira científica às informações sobre indígenas nos documentos, que alguns ainda insistem em reforçar,

transformando em adágio a afirmação de F. A. de Varnhagen, de que para os indígenas pode-se apenas fazer etnografia.

As obras recentes fundamentadas em ampla pesquisa documental contribuem também para rebater a ideia de que sobre os indígenas existem poucas fontes, de que eles apareceriam raramente, em documentos esparsos em diferentes arquivos e acervos, o que dificultaria o tratamento e a análise dos dados. Sobre esse suposto limite, caberia retomar a orientação de Marc Bloch sobre saber interrogar as fontes históricas, fazendo-lhe perguntas escolhidas de maneira “extremamente flexível, suscetível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas”. Evitar o fracasso de uma investigação implica se abster de uma atitude “de aparente submissão”, na busca pela “inspiração do documento” (Bloch, 2002, p. 79). Flexibilidade e abertura a surpresas fazem parte, portanto, de um olhar inovador sobre fontes, levado também por uma curiosidade direcionada por posicionamentos teóricos, metodológicos e políticos.

Questionados por meio de perguntas inspiradas pela curiosidade científica, os documentos que compõem o acervo do Arquivo Nacional, analisados nas obras citadas, permitiram enfrentar temas que merecem destaque nas narrativas sobre a formação do Brasil, e que contaram com a participação definitiva de populações indígenas: trabalho, delimitação de fronteiras e participação política. Compreender quais foram os documentos compulsados, as interpretações propostas pelas autoras e as revisões historiográficas demarcadas nas obras, conectando a prática a uma escrita, é o caminho para ter acesso às operações técnicas de uma “nova história indígena”, nos termos de John Monteiro (2001, p. 5).

Trabalho e mão de obra indígena no Rio de Janeiro colonial

O primeiro livro de Maria Regina Celestino de Almeida, *Metamorfoses indígenas*, marcou a historiografia brasileira em diferentes aspectos e níveis. Valendo-se de uma abordagem que prima pelo diálogo entre história e antropologia, a autora conseguiu dar visibilidade à atuação de povos indígenas no processo de formação do Rio de Janeiro, ao longo de todo o período colonial, reescrevendo, assim, a narrativa sobre a constituição da capitania. Analisando com cuidado o que chamou de “vivência nas aldeias”, Almeida promove uma releitura sobre as funções e os significados desses novos espaços para os sujeitos históricos que se relacionavam, constituindo a sociedade colonial. Conflitos de interesses, relações de interdependência e negociações marcavam as expectativas de colonos, missionários, Coroa portuguesa e dos próprios indígenas sobre os territórios

e as potencialidades das aldeias coloniais. Uma das inovações dessa perspectiva é compreender as aldeias como espaços de ressocialização e reelaboração de identidades e culturas para os indígenas, submetidos a violentos processos de descimento e redução, que se tornaram súditos cristãos do Império português. Passaram a ter acesso a um território, ainda que diminuído e bem delimitado, e alguma proteção frente às violências e à possibilidade de escravização impostas por colonos.

Um dos aspectos de grande importância tratado pela autora refere-se ao trabalho indígena, seja agenciado, em larga medida, por missionários a partir das aldeias, seja escravizado por meio das entradas nos sertões. Para o êxito do projeto de colonização luso, era fundamental a integração dos indígenas à colônia e a sua consequente transformação em súditos cristãos e força de trabalho. Parte da dinâmica da criação e da administração de aldeias no Rio de Janeiro, bem como de seus recursos e do acesso à mão de obra de seus habitantes, pode ser acompanhada na troca de informações por meio de documentos oficiais e leis produzidas no contexto do Império luso na América e resguardados no Arquivo Nacional.¹

A escravização de indígenas, até meados do século XVIII, era legitimada pela legislação em duas circunstâncias específicas, guerra justa e expedições de resgate. Embora houvesse regras estabelecidas em leis, muitos apresamentos feitos por colonos ocorriam de maneira ilegal, acendendo conflitos com missionários responsáveis pelas aldeias. Mesmo com rixas e disputas, religiosos, como o eminente padre Antônio Vieira, que denunciou o mal-uso da lei feito pelos moradores, também precisaram ceder diante da necessidade de cooperar com colonos e manter o projeto dos aldeamentos. Não cabe aqui entrar nos pormenores dos embates entre moradores e missionários, cuja oposição é uma ideia imprecisa já criticada pela própria Maria Regina Celestino de Almeida e por João Pacheco de Oliveira (2016, p. 62-63). Mas é importante apontar a centralidade da mão de obra indígena na constituição do Rio de Janeiro entre os séculos XVII e XVIII.

O estabelecimento das aldeias também poderia ser feito por colonos, que esperavam ter “controle sobre um grande contingente de índios ou privilégio na repartição do seu trabalho”, quando os escravizados negros “eram caros e pouco acessíveis”. No entanto, a sua administração era vedada aos moradores, o que, não obstante, acabava ocorrendo (Almeida, 2003, p. 110-111). A autora faz a sugestiva comparação entre as situações de São Paulo e Rio de Janeiro,

1 Arquivo Nacional. Códice 77, v. 4, fl. 2; v. 12, fl. 92v; v. 13, fl. 12v; Códice 952, v. 13, fl. 126-128.

estritamente ligadas, mas com tratamentos diferentes no que se referia à administração particular de indígenas. Para ambas as províncias, foram direcionadas leis que determinavam a devolução às aldeias de indígenas escravizados irregularmente por particulares e o pagamento dos trabalhos realizados. Outra ordem proibia a administração de indígenas aos moradores de São Paulo, impondo multa aos infratores e concedendo liberdade aos indígenas que fossem encontrados nessas condições.² No entanto, a autora demonstra como as situações históricas específicas das duas capitanias levaram a tratamentos diferentes sobre a questão. Em São Paulo, a Câmara e os moradores exerceram muita influência, defendendo a administração particular de indígenas e conseguindo lograr muitos ganhos em detrimento dos jesuítas e dos próprios índios. Já no Rio, há indícios de que os interesses dos particulares, representados principalmente na Câmara, esbarravam na atuação firme dos governadores mais conectados aos interesses da metrópole (p. 113-115).

Por outro lado, a escravização irregular não acontecia apenas por meio das ações de colonos. E os indígenas, ainda que sua atuação tenha sido cerceada pelas rígidas hierarquias de uma sociedade de Antigo Regime, agiam nos meandros das leis e das instituições lusas para tentar garantir sua liberdade, como foi o caso de um indígena, em 1706, que peticionou contra o abade do Mosteiro de São Bento, acusando-o de tê-lo escravizado ilegalmente, já que era filho de uma indígena livre. A petição foi deferida e a liberdade do indígena, reconhecida.³

Há outros indícios de escravização de indígenas no Rio de Janeiro, já que foram mão de obra fundamental nos dois primeiros séculos de colonização, mesmo que o comércio de pessoas negras escravizadas já estivesse em franco desenvolvimento desde o século XVII. Almeida ressalta que

o trabalho compulsório era obrigação dos índios aldeados, mas tinha limites estabelecidos pela lei e pela resistência dos índios, com forte apoio dos jesuítas, até sua expulsão. A documentação sobre conflitos em relação ao trabalho dos índios evidencia que as aldeias não existiam simplesmente para satisfazer os interesses dos colonos e da Coroa como redutos de mão de obra. [...] A inserção dos índios nas atividades produtivas da capitania passava também por seus próprios interesses e motivações. (p. 188)

Do ponto de vista socioeconômico do Rio de Janeiro colonial, a autora concorda com João Fragoso, que percebe a mão de obra indígena como algo atraente

2 Arquivo Nacional. Códice 77, v. 1, fl. 176v. Códice 952, v. 9, fl. 271-275v

3 Arquivo Nacional. Códice 952, v. 15, fl. 302-310.

para uma elite sem liquidez e que, portanto, tinha dificuldades em adquirir a força de trabalho necessária para seus negócios apenas no mercado de escravizados negros. Embora a escravidão ou a administração particular de indígenas fosse mais recorrente em São Paulo, no Rio também acontecia (p. 189). Em algumas situações, há registros de indígenas sendo doados e herdados em testamentos, como no caso de uma petição de d. Abade e demais religiosos do Convento de São Bento, em 1705, em que solicitavam a manutenção dos índios administrados em suas fazendas, que lhes haviam chegado por provisões, despachos e testamentos.⁴ A escravização ou administração particular de indígenas também servia para a formação de grupos de defesa pessoal ou “espécie de exércitos particulares” que “além da segurança, proporcionavam status aos seus proprietários e/ou administradores” (p. 190).

Para os agentes da Coroa, os moradores das aldeias tinham como uma de suas funções ser um repositório de mão de obra, que deveria ser empregada nas mais variadas atividades para consolidar o projeto colonial. A importância do trabalho indígena fica ainda mais latente quando os empreendimentos particulares de colonos eram também de especial interesse para a Coroa, como no caso das entradas ao sertão para o descobrimento de minas ou para a realização de descimentos. Os indígenas eram bastante requisitados também para a defesa e a fortificação de cidades, para as obras públicas, para o corte de madeiras, para serviços agrícolas no intuito de servir ao rei, como carregadores e também em serviços domésticos (p. 203).⁵

Apesar dos artifícios de colonos para estabelecer e criar aldeias, o problema da repartição de indígenas para realizar trabalhos externos era dos missionários, que deveriam, junto com autoridades reais, estipular quantos permaneceriam nas aldeias e por quanto tempo poderiam se ausentar. Não é difícil perceber, na documentação, as queixas de moradores, de autoridades e mesmo dos missionários, em desacordo sobre a quantidade de índios empregados fora das aldeias (p. 196).

Ainda que estivessem em situação desprivilegiada, em algumas circunstâncias, os indígenas poderiam interferir nas decisões sobre o seu próprio trabalho. Junto ao missionário, atuava o capitão-mor da aldeia⁶, na repartição

4 Arquivo Nacional. Códice 952, v. 15, fl. 302-305.

5 Arquivo Nacional. Códice 77, v. 3, fl. 100v; v. 6, fl. 176v-177v; v. 7, fl. 155; v. 13, fl. 86v; v. 22, fl. 16; códice 67, v. 29, fl. 169; códice 69, v. 8, fl. 49-50.

6 Líder indígena escolhido pelos jesuítas para exercer a função de intermediário.

dos indígenas,⁷ sendo vários os casos em que agia para dar suporte à negativa de seus subordinados à solicitação de seus serviços para atender necessidades da Coroa ou dos moradores. As lideranças indígenas também faziam requerimentos e pedidos às autoridades reais, alguns diretamente ao monarca, com o objetivo de conseguir pagamentos de soldos ou ajuda de custo, ressaltando os serviços que prestavam ao rei (p. 209). Por outro lado, mesmo as lideranças poderiam encontrar dificuldades em arregimentar seus subordinados para o trabalho fora das aldeias, como ocorreu em Itaguaí, no início do século XIX, cujo capitão-mor informava sobre as fugas de indígenas da aldeia (p. 197-198).

Em outras tantas vezes, os indígenas prescindiram de seu representante e tentavam impor condições melhores para prestarem seus serviços, como a obtenção de valores mais elevados para seus pagamentos. A autora aborda a situação emblemática de uma ação coletiva realizada por indígenas de várias aldeias, em 1741, em cujo requerimento solicitaram aumento da soldada para os índios de todas as aldeias do Rio de Janeiro e arredores. Ao que parece, não houve intermediação de padres e o pedido foi atendido, recebendo parecer favorável do conselho.⁸

Assim, a autora demonstra, por meio de rica documentação resguardada no Arquivo Nacional, a multiplicidade de atividades laborais desenvolvidas por indígenas no Rio de Janeiro entre os séculos XVII e XVIII, e as suas muitas estratégias para negociar as condições de trabalho ou fugir dessa obrigação. Os indígenas contribuíram, assim, na construção da capitania e, portanto, em uma parte do Império luso.

Fronteiras no extremo sul da América portuguesa

“Qualquer pesquisa sobre o estabelecimento dos europeus em áreas de disputa fronteiriça deve passar necessariamente pela relação construída entre estes e os índios” (Garcia, 2009, p. 15). De maneira assertiva, Elisa Garcia identifica o papel central jogado pelos indígenas na constituição dos impérios europeus no ultramar, demonstrando com sua tese como esse processo se desenvolveu no extremo sul da América portuguesa.

As Coroas ibéricas disputaram intensamente as alianças com os povos das missões fundadas pelos jesuítas na região do atual Paraguai, desenvolvendo

⁷ Arquivo Nacional. Fazenda de Santa Cruz, cx. 507, pacote 1.

⁸ Arquivo Histórico Ultramarino. Consulta do Conselho Ultramarino, 1741. Ms. AHU RJCA. cx. 48, doc. 11346 apud Almeida, 2003, p. 211-212.

políticas de negociação e atração, principalmente a partir do Tratado de Madri, de 1750. O acordo firmado entre as metrópoles previa a troca de Colônia de Sacramento por uma faixa de terra onde viviam sete dos trinta povos das missões, que deveriam abandonar a região levando consigo apenas os bens móveis e semoventes (p. 13). Essa situação levou aos conflitos que ficaram conhecidos como guerra guaranítica (1754-1756), pensados por Garcia como um dos pontos de partida para analisar a política portuguesa sobre os índios missioneiros, bem como suas reações enquanto elementos constitutivos das fronteiras ao sul e da consolidação dos domínios lusos na América.

Ao analisar o processo de construção das relações entre portugueses e indígenas nesse contexto, a autora direcionou sua curiosidade investigativa para o posicionamento dos missioneiros frente às investidas dos portugueses, em busca da preservação de direitos que lhes haviam sido outorgados durante a formação da sociedade colonial. Assim, ela elabora uma interpretação que questiona a visão historiográfica da guerra guaranítica como algo representativo de resistência das populações nativas ao imperialismo europeu, ou de luta pela restauração de uma comunidade preexistente à ordem colonial (p. 30).

A investigação de Garcia avança sobre os meandros das negociações entre indígenas e portugueses no que se referia à migração para o Rio Pardo em finais da década de 1750. Tais negociações envolviam oficiais e políticos dos lados espanhol e português, que disputavam entre si o apoio dos indígenas, presentando-lhes com mimos e prometendo-lhes melhores condições de vida. Diante de eventuais resistências de autoridades, a Coroa portuguesa reafirmava sua política de tratamento amistoso e de convencimento junto aos indígenas missioneiros. A estratégia portuguesa surtiu efeito, como bem demonstrou Garcia (p. 55-59).

Para tratar das dinâmicas das relações entre portugueses e indígenas no estabelecimento das missões no Rio Grande, a autora se valeu de documentos trocados entre autoridades lusas que atuavam dos dois lados do Atlântico. Esse olhar sobre as fontes permitiu perceber a política portuguesa sendo elaborada de acordo com os limites e as possibilidades impostos pela realidade colonial, especialmente a de “bom tratamento” que deveria ser dispensado aos indígenas recém-instalados no Rio Grande e em zona de fronteira. Era estratégico, portanto, construir e manter bom relacionamento com as lideranças indígenas no estabelecimento e na continuidade das aldeias, como aconteceu com a de Nossa Senhora dos Anjos, que foi criada para receber indígenas guaranis deslocados em função do tratado de 1750. Por um lado, as lideranças sabiam quais autoridades coloniais eram favoráveis ao deslocamento dos indígenas para terras portuguesas, reconheciam as possíveis benesses advindas da nova situação e

demonstravam estar prontas para servir à Coroa.⁹ Já da perspectiva lusitana, era esperado que as lideranças exercessem controle sobre seus liderados, fossem responsáveis pelo trabalho dos indígenas e por mantê-los unidos no seu entorno, evitando predisposição a fugas e à vida fora da aldeia.¹⁰

Enquanto intermediários entre indígenas e a sociedade colonial, as lideranças também ficaram responsáveis pela implantação e manutenção de uma série de mudanças profundas propostas pelo Diretório dos Índios, de 1757. O sucesso do diretório dependia diretamente das habilidades de compreensão da interdependência e de consequente negociação entre indígenas e autoridades coloniais. Analisando a visita de um sargento-mor de Rio Pardo à aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, recém-instalada, Elisa Garcia consegue acompanhar os primeiros impactos da legislação indigenista, ao mesmo tempo em que aponta as permanências “dos costumes dos índios”. Nesse caso estudado, a liderança indígena local estabeleceu relações amigáveis com o sargento-mor que o visitou, possibilitando a realização de casamentos mistos, o estabelecimento de um cura para o ensino dos índios, e a seleção de rapazes para aprenderem alguns ofícios, como os de serralheiro, ferreiro, sapateiro e alfaiate (p. 82-83).

A inserção dos indígenas na sociedade colonial, um dos objetivos principais do diretório, também ocorria por meio de atividades militares, como a composição de companhias de ordenanças. Nos arredores das aldeias e nas fronteiras de Rio Pardo e Rio Grande, a eficiência dos indígenas nesse trabalho era motivo de destaque na comunicação oficial, pois “eram dedicados ao trabalho” e não costumavam desertar, como acontecia em outras companhias (p. 86).¹¹

Além desse tipo de atividade, os indígenas também eram destacados para trabalhos compulsórios na aldeia e fora dela, sendo a administração de seu tempo e a escolha das atividades responsabilidades de um agente estatal. Apesar de a legislação prever sanções àqueles que tratassem os indígenas como escravos, houve denúncias de o próprio administrador da aldeia de Nossa Senhora dos Anjos ter explorado o trabalho indígena em proveito próprio, sem respeitar seus direitos (p. 89-90).¹²

9 Arquivo Nacional. Carta de Francisco José da Rocha ao vice-rei marquês do Lavradio. Rio Pardo, 22 de outubro de 1771. Fundo: Marquês do Lavradio, microfilme 024-97, RD 16.5 a 16.12.

10 Arquivo Nacional. Memória sobre os índios guaranis no Rio Grande do Sul. Estabelecimento de Nossa Senhora dos Anjos, 21 de fevereiro de 1768. Escrita por Antônio Pinto Carneiro e oferecida ao vice-rei conde de Azambuja. Fundo: Diversos códices, código 807, v. 11.

11 Arquivo Nacional. De José Marcelino de Figueiredo para o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Porto Alegre, 24 de janeiro de 1780. Fundo: Secretaria de Estado do Brasil, cód. 104, v. 2, fl. 35.

12 Arquivo Nacional. Instrução dada pelo governador José Marcelino de Figueiredo sobre os ajustes, e preço, por qual deviam servir os índios, e índias, a quem os quisesse alugar. Viamão, 22 de

Outro elemento do projeto de civilização dos indígenas calcado no diretório era a educação de meninos e meninas, cujos pressupostos se baseavam numa divisão sexual materializada na localização das crianças em espaços diferentes. Para os meninos, foi criado um internato em 1776 e, para as meninas, um recolhimento no ano seguinte, tendo o funcionamento de ambos durado cerca de três décadas. A dinâmica das duas instituições pôde ser analisada por Garcia apenas por meio das normas constituídas pelo governador, que estabelecia objetivos e atividades diferentes para meninas e meninos (p. 99-100). Pouco se sabe sobre o funcionamento cotidiano e as informações produzidas pelo internato e pelo recolhimento.

Do trabalho de interpretação dos documentos administrativos coloniais sobre a formação do Rio Grande ao longo do século XVIII, fica notória a centralidade da articulação com os povos indígenas que viviam nas fronteiras em frequentes transformações no sul do domínio luso na América. Era necessário convencê-los a aderir ao lado português das disputas, conceder-lhes mimos e benesses, estabelecer alianças militares, o que deixa clara a necessidade de negociar em torno de suas demandas e carências. Ao mesmo tempo em que lhes era imposto um projeto de civilização e subalternidade.

Participação política indígena no Império do Brasil

As possibilidades de analisar o protagonismo de povos indígenas na história por meio de documentos do Arquivo Nacional não se restringem aos processos históricos desenvolvidos durante o período colonial. A riqueza do acervo documental permitiu a realização de pesquisa sobre a participação de indígenas de diferentes aldeamentos nas revoltas ocorridas em Pernambuco e Alagoas, no início do Oitocentos. Esse foi um período de mudanças intensas e rápidas na península Ibérica e nas Américas: invasão das tropas napoleônicas, deposição do rei espanhol, transmigração da corte portuguesa para o Brasil, processos de independências nos antigos domínios ultramarinos, conflitos armados e debate sobre novo vocabulário político.

As províncias de Pernambuco e de Alagoas, inseridas nas transformações políticas do período, passaram por revoltas violentas de cunho liberal e iniciadas pelas elites, mas que contaram com a participação de variados sujeitos históricos, tais como indígenas aldeados. No entanto, entre 1832 e 1835, eclodiu um

dezembro de 1769. Fundo: Secretaria de Estado do Brasil, cód. 104, v. 6, fl. 177v. Carta de Francisco José da Rocha para o marquês do Lavradio. Viamão, 27 de janeiro de 1772. Fundo: Marquês do Lavradio, microfilme 024-97, RD 16.77.

movimento armado de cunho diferente, sendo contrário à abdicação e, portanto, favorável a d. Pedro I. O conflito rapidamente se transformou em uma revolta popular instalada nas matas próximas do litoral.

A Guerra dos Cabanos, como a revolta passou a ser conhecida, teve atuação de membros da elite, antigos aliados de d. Pedro I, assim como de pessoas escravizadas e de indígenas. Há reconhecida historiografia relativa a essa revolta, que tratou os indígenas como uma massa armada, porém manipulável pelos líderes militares e políticos. Em outro trabalho, tive a oportunidade de demonstrar os meandros da negociação em torno da participação indígena, que via em movimentos como esse uma oportunidade de defender seus interesses próprios (Dantas, 2018).

Por isso, aqui quero enfatizar a parte final dos conflitos armados entre tropas cabanas e as do governo entre os anos de 1834 e 1835, pois esse momento representa de maneira inegável as relações de dependência mútua entre indígenas e o Estado em formação. Situação que levava à negociação cuidadosa sobre a rendição dos primeiros, com o intuito de causar menos danos militares e problemas políticos para os governos provinciais.

Tais negociações podem ser acompanhadas na documentação que compõe a série Guerra, da seção de manuscritos do Arquivo Nacional, sendo possível mapear e analisar as estratégias de autoridades políticas e militares, nas cidades e nas províncias, para conseguir a rendição dos indígenas de Jacuípe, aldeamento localizado em Alagoas, aliados dos cabanos. Presidentes de província e oficiais das tropas imperiais compreenderam que era necessário conceder presentes, retribuições pecuniárias e benefícios para estimular a saída dos indígenas das matas.

Por outro lado, essa negociação apenas foi possível devido à piora da situação dos cabanos, com as fortes chuvas de inverno que castigaram a Zona da Mata Sul. Em meados de 1834, houve muitas baixas em combate, e no início de 1835, as forças rebeldes já estavam muito enfraquecidas, seja pela falta de produtos de subsistência, pelas muitas investidas das tropas de repressão ou pelas fortes chuvas.

Diante desse quadro, começou a ficar insustentável para os índios de Jacuípe manter o apoio à revolta cabana. Em abril, alguns deles começaram a se render num processo de negociação com os representantes do governo provincial. De início, três índios de Jacuípe foram levados por cabanos já rendidos ao quartel do comando das tropas governistas situado na vila de Água Preta. Foram espontaneamente, acompanhando os outros cabanos rendidos, totalizando 175 entre índios e não índios. Ao chegarem à presença do comandante em chefe, fizeram reverências a um busto de d. Pedro II, dando “vivas” à Sua Majestade Imperial,

demonstrando a sua adesão ao regime que até poucos dias atrás combatiam.¹³

Os índios que se renderam “confessaram que Vicente Ferreira de Paula os trazia enganados com mentiras, e mostraram-se conspirados contra este infame salteador”.¹⁴ É provável que, com a mudança das estratégias de ambos os lados dos conflitos, as grandes perdas sentidas pelos cabanos e a situação de miséria vivenciada nas matas, os índios de Jacuípe tenham passado a entender que seria interessante se aproximar e se aliar a um ex-inimigo, demonstrando insatisfação e fazendo queixas sobre o antigo líder. As mudanças das circunstâncias faziam os índios reelaborarem suas estratégias, buscando, nesse caso, melhores condições de sobrevivência.

Após as primeiras explicações e reverências ao imperador, os índios receberam panos para confeccionar roupas para eles, suas mulheres e filhos, que haviam ficado nas matas. O comandante em chefe também lhes deu comida, calças, camisas, fumo e aguardente, e para as mulheres, xales. O bom tratamento concedido aos índios de Jacuípe, conhecidos por sua coragem durante os conflitos e apoio aos cabanos, tinha um objetivo: convencer outros que ainda estavam nas matas a também se renderem. No dia seguinte a sua rendição, índios voltaram às matas à procura de outros para se apresentarem no quartel e, em seguida, retornaram a Jacuípe com a imagem de São Caetano, o padroeiro da aldeia. Os índios prometeram ao comandante em chefe entregar as armas quando voltassem ao quartel, e este, em contrapartida, prometeu dar quatro mil réis por cada arma entregue. Justificou a sua promessa aos índios pois assim pretendia “desarmar a corporação mais forte de um inimigo”, que desolava a província de Alagoas havia três anos. O comandante em chefe deixou transparecer que talvez essa não fosse uma medida bem recebida pelo presidente de Alagoas, tendo em vista que implicava mais gastos com tropas inimigas. Por isso, argumentou que a quantia a ser paga aos índios era

assaz diminuta em comparação à grande soma que a fazenda pública tem de consumir se a guerra continuar e for preciso desarmá-los à força de armas, e se para a compra destas armas mais dinheiro for necessário dispender, eu não hesitarei um só momento em o fazer.¹⁵

¹³ Arquivo Nacional. Série Guerra. IG 194. 24/04/1835. Ofício do comandante em chefe, Joaquim José Luís de Souza, para o presidente de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira. fl. 19-20v.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Arquivo Nacional. Série Guerra. IG194. 24/04/1835. Ofício do comandante em chefe, Joaquim José Luís de Souza, para o presidente de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira. fl. 19-20v.

O argumento do comandante em chefe demonstra a força bélica dos índios na revolta, sendo melhor convencê-los e entregar-lhes dinheiro em troca das armas do que enfrentá-los. O dispêndio de rendas parecia ser a tática mais acertada diante do receio de continuar a combatê-los nas matas, território que conheciam bem e onde tinham reconhecida vantagem.

Portanto, das ações do comandante em chefe, vemos que era de suma importância convencer os índios e demais cabanos, por meio de presentes, dinheiro, comida e promessas, que a rendição era a melhor oportunidade naquele momento de extrema penúria nas matas. O comandante em chefe se vangloriava ao presidente de Alagoas sobre os êxitos que conseguira em troca do que considerava pouco:

fará Vossa Excelência ideia do adiantamento que temos na guerra de Panelas, adiantamento ganho ou, para melhor dizer, comprado com pequenos dinheiros e retalhos de panos, e o emprego de minha paciência que já se acha quase extinta.¹⁶

O convencimento de uma população que constituía grande parte do contingente das tropas cabanas, mesmo à base de “pequenos dinheiros e retalhos de panos”, era uma das estratégias utilizadas pelos governos provinciais para alcançar o sucesso na guerra. Os índios de Jacuípe eram, assim, parte crucial das disputas e dos embates armados, dependendo das suas escolhas o sucesso das táticas de negociação. Era fundamental suprir suas necessidades e demandas para tê-los como aliados.

Apenas três dias após terem chegado ao quartel em Água Preta, os índios de Jacuípe começaram a trabalhar, carregando capim para construir um barracão no acampamento militar. A boa vontade em prestar serviços no quartel, tentar convencer mais índios a se renderem e a sua disposição em capturar escravizados fugitivos (e refugiados junto aos cabanos) podem ser entendidas pela necessidade de viver em melhores condições, em comparação ao contexto de miséria nas matas após meados de julho e agosto de 1834. Mas, também, pela possibilidade de proteção que receberiam estando sob as ordens de representantes dos governos provinciais de Alagoas e Pernambuco. Ao aceitarem se alinhar ao governo alagoano por meio da rendição, receberam comida, roupas, dinheiro em troca das armas que carregavam, e também estavam protegidos de possíveis ataques empreendidos por escravizados rebeldes e outros cabanos que

¹⁶ Arquivo Nacional. Série Guerra. IG194. 26/05/1835. Ofício do comandante em chefe em Água Preta, Joaquim José Luís de Souza, ao presidente da província de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira. fl. 31-33v.

poderiam agir em represália à escolha pela rendição. Tanto que quando o comandante em chefe anunciou a retirada do destacamento militar que estava no arraial de Jacuípe, os índios pediram a sua permanência “enquanto os negros não forem presos ou se não apresentarem”.¹⁷

Aproveitando a boa vontade dos índios e as necessidades que possuíam, Joaquim José Luiz de Souza tomou medidas para consolidar entre seus novos aliados a obediência ao novo sistema político, que havia sido tão combatido pelos indígenas. O comandante em chefe solicitou ao presidente da província de Alagoas o envio de um sacerdote “de bons sentimentos e bons costumes para administrar os sacramentos aos índios e moradores do arraial”. O sacerdote deveria inspirar nos índios e moradores o “amor às instituições liberais e ao governo do senhor d. Pedro II”. Para ratificar os novos parâmetros políticos a serem seguidos pelos índios, enviou a Jacuípe um retrato do imperador e uma bandeira nacional. Ao se depararem com a imagem do santo padroeiro do seu arraial, São Caetano, que estava no quartel em Água Preta, de acordo com o comandante em chefe, os indígenas choraram, cantaram e fizeram “mil genuflexões”.¹⁸ A intenção era a de que eles levassem a imagem até os indígenas que ainda estavam entre os cabanos e seguissem em procissão para Jacuípe, pois desejavam tê-la de volta em sua aldeia.¹⁹

Após a rendição, os índios de Jacuípe passaram a fazer parte das tropas governistas, ajudando a perseguir Vicente de Paula e os escravizados que ainda estavam com ele.²⁰ Com a prestação desse tipo de serviço militar, comportavam-se segundo as disposições dos seus novos aliados.

Quando a guerra já era considerada ganha pelos presidentes das províncias de Pernambuco e Alagoas, muitos índios de Jacuípe passaram a ter seu sustento financiado pelos novos aliados. O comandante em chefe das tropas de Pernambuco informou ao presidente de Alagoas que estava sustentando cerca de 156 “caboculos” de Jacuípe, com suas mulheres e crianças, porque entendia que era necessário provê-los por seis meses até que estabelecessem novamente seu “trabalho e indústria”. Do contrário, o comandante temia que

17 Arquivo Nacional. Série Guerra. IG194. 26/05/1835. Ofício do comandante em chefe em Água Preta, Joaquim José Luís de Souza, ao presidente da província de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira. fl. 31-33v.

18 Idem.

19 Arquivo Nacional. Série Guerra. IG194. 24/04/1835. Ofício do comandante em chefe, Joaquim José Luís de Souza, para o presidente de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira. fl. 19-20v.

20 Arquivo Nacional. Série Guerra. IG194. 12/06/1835. Ofício do comandante em chefe das tropas, Joaquim José Luís de Souza, para o presidente da província de Alagoas, Antônio Joaquim de Moura. fl. 38.

os índios seriam forçados a furtar, os vizinhos do arraial a defenderem seus possuídos [propriedades], e a principiar-se assim uma nova guerra que podia ter uma amplitude maior do que se pode imaginar.²¹

Diante da grande necessidade de manter os índios alimentados, providos em tudo o que precisassem, o comandante informou que continuaria com o envio de víveres até que a província de Alagoas assumisse as respectivas despesas, sendo essa uma medida tomada com o objetivo de mantê-los em sossego.

Com a rendição dos índios de Jacuípe, ao final dos conflitos armados da Guerra dos Cabanos, percebemos que as alianças entre índios e não índios baseadas em relações de dependência mútua eram situacionais e cambiantes, dependendo dos contextos locais de trocas ou imposição de violência, e dos contextos provinciais e nacionais de embates políticos refletidos nas localidades. Em determinado momento, para a maior parte dos índios de Jacuípe foi importante e interessante acompanhar os cabanos em suas reivindicações e investidas contra engenhos e tropas legalistas. Quando a situação da guerra mudou, levando os cabanos a sentirem com mais intensidade os contra-ataques governistas e com a mudança nas condições ambientais e de saúde, tornando a resistência cabanada quase insustentável, os índios de Jacuípe novamente precisaram fazer escolhas. Em busca de proteção e condições mínimas de sobrevivência, aceitaram se render ao comando das forças de repressão, demonstrando boa vontade e disposição. Não só se renderam, como também passaram a perseguir seus antigos aliados, o que os deixou receosos de represálias. Então, mudar de lado e conferir apoio aos governos liberais das províncias mostraram ser as melhores alternativas naquele momento. Conseguiram, assim, adaptar-se às mudanças políticas e econômicas, o que conferia fluidez às suas alianças com autoridades, reelaborando-as em função de suas necessidades e expectativas, e reafirmando a sua importância nos jogos políticos das elites com as quais negociavam. A série Guerra foi central para perceber esses movimentos políticos.

Quando as dinâmicas locais são articuladas aos contextos mais amplos, torna-se possível visualizar o impacto na arena pública de grupos sociais até então invisibilizados por certas narrativas historiográficas. Assim, podemos perceber os indígenas como sujeitos políticos e históricos no desenrolar da Guerra dos Cabanos, articulando alianças tanto do lado dos rebeldes quanto da repressão, como um dos fatores para a constituição do Estado brasileiro no século XIX.

²¹ Arquivo Nacional. Série Guerra. IG194. 15/08/1835. Ofício do comandante em chefe das tropas de Pernambuco, Joaquim José Luís de Souza, para o presidente da província de Alagoas, Antônio Joaquim de Moura. fl. 57-58.

Considerações finais

As três obras analisadas aqui demonstram a qualidade e a quantidade de informação sobre os povos indígenas no Brasil que podem ser extraídas da documentação resguardada no Arquivo Nacional, contrariando a ideia de que existem poucas fontes sobre o tema. Ainda que grande parte das fontes tenha sido produzida por representantes do poder ibérico na América ou do governo imperial brasileiro, ficou evidente que novas e flexíveis perguntas, orientadas por pressupostos teóricos e metodológicos em diálogo com os campos da história e da antropologia, permitiram perscrutar as vivências nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro, a influência de indígenas na formação das fronteiras territoriais e políticas no extremo sul da América portuguesa, bem como as motivações para o engajamento de indígenas de Alagoas em conflitos armados nos limites com Pernambuco. Os caminhos criativos de pesquisa pavimentados pelos debates sobre reelaborações identitárias e culturais, construção de fronteiras territoriais, políticas e étnicas, e a participação política de populações subalternizadas, levamos historiadores à reescrita dos processos históricos, ao desmonte dos estereótipos e preconceitos sobre as populações indígenas e a novas percepções sobre a construção histórica e social do Brasil.

Referências

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e culturas nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1849*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- GARCIA, Elisa F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
- MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Livre docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2001.
- MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.